

SEMINÁRIO SOBRE O SETOR PETRÓLEO ESTATAL E PRIVADO NA BACIA POTIGUAR

Apresentação

No dia 15 de novembro de 2022 o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e o Sindicato dos Petroleiros do Ceará e Piauí (SINDIPETRO-CE/PI) constituíram uma parceria para realizar o SEMINÁRIO SOBRE O SETOR PETRÓLEO ESTATAL E PRIVADO NA BACIA POTIGUAR com o objetivo de fazer um breve diagnóstico para identificar as possibilidades institucionais, investimentos, parcerias produtivas e de trabalho para o Setor Petróleo Estatal e Privado na Bacia Potiguar diante das perspectivas de mudanças políticas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a constituição de um novo governo de reconstrução nacional.

Neste sentido, este relatório tem como objetivo apresentar as contribuições do SINDIPETRO-RN, SINDIPETRO-CE/Pi e convidados sobre as diversas narrativas e estudos apresentados no seminário sobre a luta pela permanência e desenvolvimento de novos projetos da Petrobrás na Bacia Potiguar onde concluímos ser bastante razoável a propositura ao novo governo a completa interrupção do processo de abandono das atividades da estatal no Rio Grande do Norte e Ceará e a retomada das suas atividades diante da nova realidade do setor petróleo e garantidos a injeção de novos investimentos para a região.

O relatório é composto por várias apresentações e textos que buscam tratar sobre a nova realidade do setor petróleo na Bacia Potiguar e, ao final, apresentamos algumas propostas e sugestões para o setor estatal e privado, especialmente, para a Petrobrás. São questões que demandam uma revisão no Planejamento Estratégico da estatal e, aponta para novas possibilidades e oportunidades diante do ambiente de transição energética, de gestão e desenvolvimento das pessoas. Esperamos que essas observações possam ajudar a definir uma nova política para o setor petróleo estatal e privado enquanto instrumento para o desenvolvimento sustentável do país.

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE O SETOR PETRÓLEO ESTATAL E PRIVADO NA BACIA POTIGUAR

- ✚ Data: 15/11/2022
- ✚ Local: Hotel Villa Park - Natal-RN
- ✚ Hora: 9h00 as 17h00
- ✚ Realização: SINDIPETRO-RN e SINDIPETRO-CE/PI

1) 09h00 às 10h00: Apresentação das Cartilhas

Coordenação: Rafael Matos

- ✚ **Defender a Petrobrás, é defender o Brasil: Petrobrás fica no RN**
Apresentação: Ivis Rodrigo Moraes Corsino (SINDIPETRO-RN)
- ✚ **Petróleo Cearense: do poço ao poste – O petróleo é nosso**
Apresentação: Iran Gonçalves Vieira (SINDIPETRO-CE/PI)

2) 10h00 às 11h30: O novo perfil e as perspectivas, alternativas e propostas para o Setor Petróleo Estatal e Privado na Bacia Potiguar diante do cenário político 2023

Coordenação: Antônio Marcos Soares Brasil

- ✚ Ivis Corsino (SINDIPETRO-RN)
- ✚ Iran Gonçalves (SINDIPETRO-CE/PI)
- ✚ Anibal Bonavides (Engenheiro de Petróleo)
- ✚ Francisco Queiróz (Engenheiro de Petróleo)

3) 11h30 às 12h30: A Realidade do Setor Petróleo Estatal e Privado na Bacia Potiguar com as privatizações

Coordenação: Marcio Azevedo Dias

- ✚ Setor Estatal: Orildo Lima e Silva (SINDIPETRO-RN)
- ✚ Setor Privado: Pedro Lúcio (FUP/SINDIPETRO-RN)

4) 12h30 às 13h30: Intervalo para o almoço

5) 13h30 às 14h30: A situação da Categoria Petroleira na Bacia Potiguar na atualidade

Coordenação: Wagner Jacinto Fernandes (SINDIPETRO-CE/PI)

- ✚ Setor Estatal: Ivis Corsino (SINDIPETRO-RN)
- ✚ Iran Gonçalves (SINDIPETRO-CE/PI)
- ✚ Setor Privado: Pedro Idalino Ciriaco Filho (SINDIPETRO-RN)

6) 14h30 às 15h30: Informes sobre as Ações Jurídicas contra as privatizações em andamento envolvendo a Bacia Potiguar

- ✚ Antônio Marcos Soares Brasil (SINDIPETRO-RN)
- ✚ Francisco Antônio Fernandes Neto (SINDIPETRO-CE/PI)

7) 15h45 às 16h30: As perspectivas na área das energias renováveis e a luta pela criação do Conselho Estadual de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Coordenador: Jorge Luiz da Silva (SINDIPETRO-RN)

- ✚ Ulisses Soares da Costa (Geólogo)
- ✚ Márcio Azevedo Dias (Coopetro Energia)

8) 16h30: Encerramento

I) Apresentação das Cartilhas

1. Defender a Petrobrás, é defender o Brasil: Petrobrás fica no RN

Apresentação: Ivis Rodrigo Corsino – SINDIPETRO-RN*

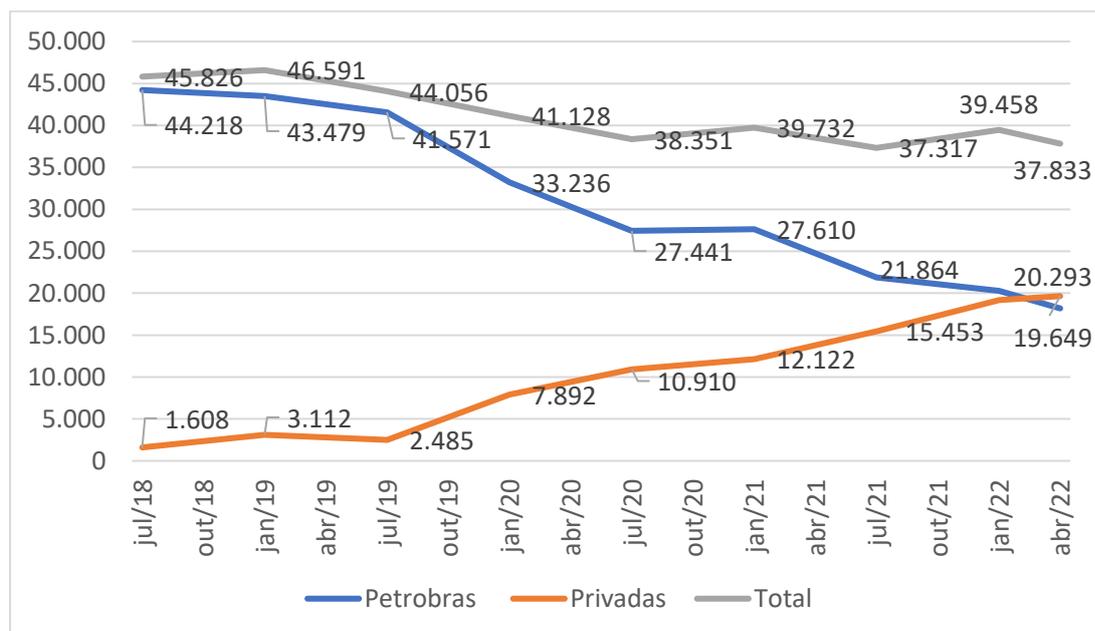
Inverdades sobre a produção

O Gráfico 1, mostra uma marcada quebra significativa a partir de janeiro de 2019, e que desde julho de 2020 a produção total (boe) de petróleo e gás natural no RN se mantém estagnada.

Tal resultado representa a mera substituição da operação dos campos petrolíferos anteriormente operados pela

Petrobras, que adotou a partir de 2016 uma política de venda de todos seus ativos nas bacias terrestres.

Gráfico 1 – Produção (boe/d) de petróleo e gás natural no RN por operadora



Fonte: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2021b

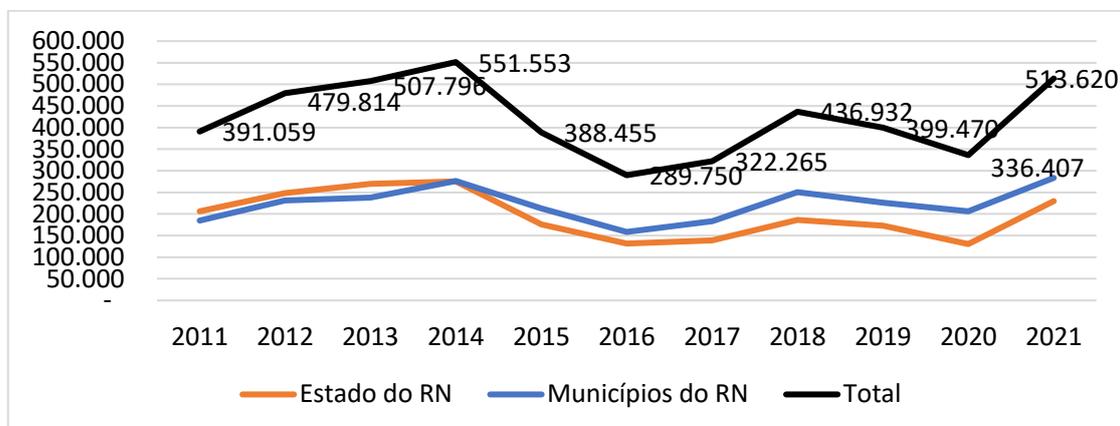
Os "produtores independentes" não cumpriram a promessa: não aumentaram a produção. E não trouxeram novas sondas para manter as perfurações e garantir empregos.

Os royalties também diminuíram

Entre os anos de 2000 e 2021, enquanto os *royalties* somaram mais de R\$ 4,6 bilhões para estados e municípios do RN, as participações especiais foram de apenas R\$ 91 milhões. O Gráfico 2 demonstra as oscilações nos montantes pagos a título de royalties para o RN e seus municípios nesse período. O acréscimo nas receitas de royalties tem se

dado pela expressiva taxa de câmbio em Dólar, definida pelo Banco Central do Brasil, e do preço do Barril de petróleo

Gráfico 2 – Histórico de pagamento de royalties ao Rio Grande do Norte e aos seus municípios beneficiários (R\$ mil);



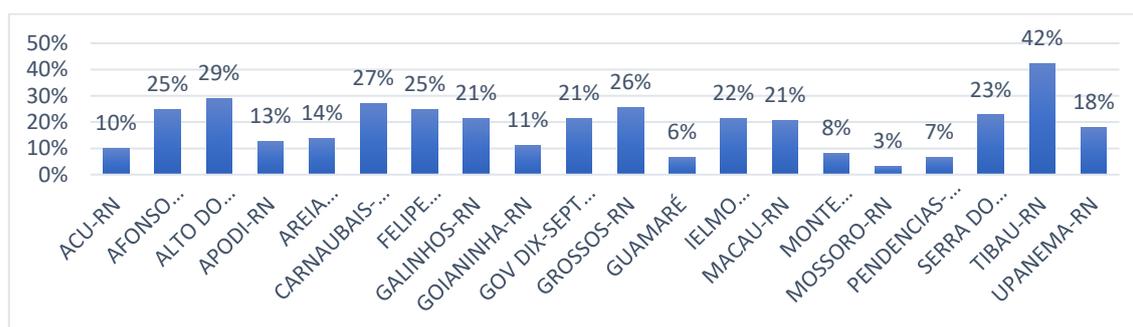
Fonte: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2021a e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2021d

Os “produtores independentes” aprovaram na ANP a redução dos royalties para o estado e municípios

Receita essencial aos municípios

Segundo o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em agosto de 2021, além do estado do RN, 96 municípios potiguares foram beneficiados com participação de *royalties*. O impacto da participação dos *royalties* na receita total de cada um dos municípios beneficiários varia muito. Para exemplificar, selecionou-se os 20 municípios potiguares que detiveram as maiores arrecadações de *royalties* no período de 2015 a 2020.

Gráfico 3 – Participação dos royalties nas receitas totais dos municípios beneficiários no RN.



Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (STN), [2021].

Em 12 municípios a participação dos *royalties* na receita total foi maior que 15%, em outros 8, a contribuição foi menor que esse patamar.

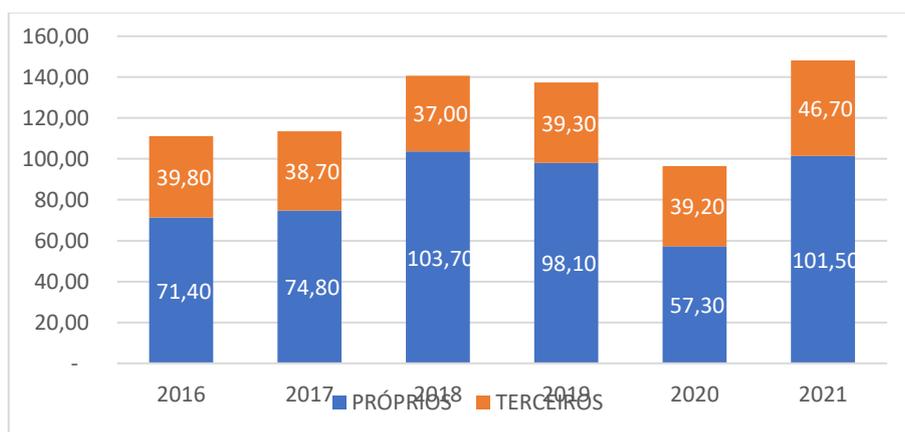
Recolhimento de tributos

O Relatório Fiscal produzido pela Petrobras consolida informações detalhadas sobre o recolhimento de tributos e participações governamentais em cada exercício social, considerando o regime de caixa. A empresa cataloga o recolhimento de tributos próprios

e os retidos de terceiros. Os tributos próprios são inerentes às operações produtivas e comerciais realizadas pela própria empresa, já os retidos de terceiros são recolhidos pela Petrobras por substituição tributária, uma vez que a Cia possui incumbência legal de recolhimento referente a toda cadeia.

O substituto tributário é o terceiro que a Lei obriga a apurar o montante devido, devendo cumprir a obrigação de pagamento do tributo no lugar do contribuinte (sujeito passivo).

Gráfico 4 – Recolhimento de tributos pela Petrobras (próprios e de terceiros) no Brasil (R\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de PETROBRAS, 2021

A arrecadação de tributos de terceiros vem se mantendo constante. Já nos tributos próprios, ocorreu uma queda significativa em 2020.

QUADRO 1 - VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS ALOCADOS NO RN (R\$ MILHÕES).

Ano da venda	Ativo	Detalhamento	Valor atualizado
2019	Polo Riacho da Forquilha	Venda total de 34 campos de produção terrestres	1.731,33
2020	Mangue Seco 1	Venda da totalidade da participação	43,33
2020	Mangue Seco 2	Venda da totalidade da participação	37,91
2020	Mangue Seco 3 e 4	Venda da totalidade da participação	90,99
2020	Polo Macau	Venda total da participação em sete campos de produção (onshore e offshore)	1.034,47
2020	Polo Pescada	Venda total da participação em três campos offshore	8,12
2020	Ponta do Mel e Redonda	Venda total da participação em dois campos onshore	39
2021	Termelétrica Potiguar	Segmento	80,48
2022	Polo Potiguar	E&P	E&P
Total		Geração de energia	10.103,63
		Geração de energia	
		Geração de energia	

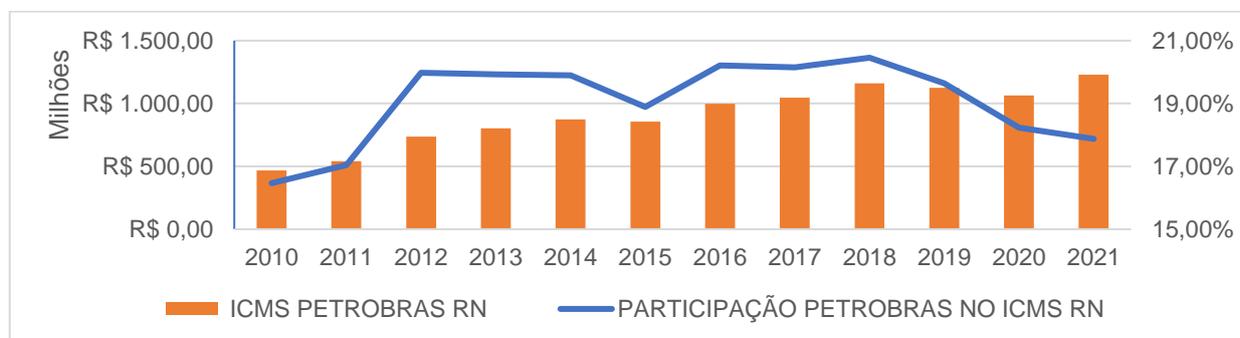
		E&P		
		E&P		
		E&P		
		Geração de energia		

Fonte: Adaptado de Dantas e Silveira, 2021

Queda do ICMS recolhido ao RN

A evolução histórica do recolhimento do ICMS por parte da Petrobras no RN aponta um crescimento entre os anos de 2010 e 2018, ocorrendo uma pequena redução em 2019 e 2020, que se deveu, sobremaneira, à retração de consumo de combustível no estado. Já em 2021, ocorre um novo crescimento, já refletindo retomada do consumo. Na participação do ICMS recolhido pela Petrobras em relação ao valor total do tributo angariado pelo estado, vê-se que ocorreu uma queda acentuada a partir de 2019.

Gráfico 5 – ICMS recolhido pela Petrobras (próprio e de terceiros) no RN e sua participação no total recolhido pelo estado.



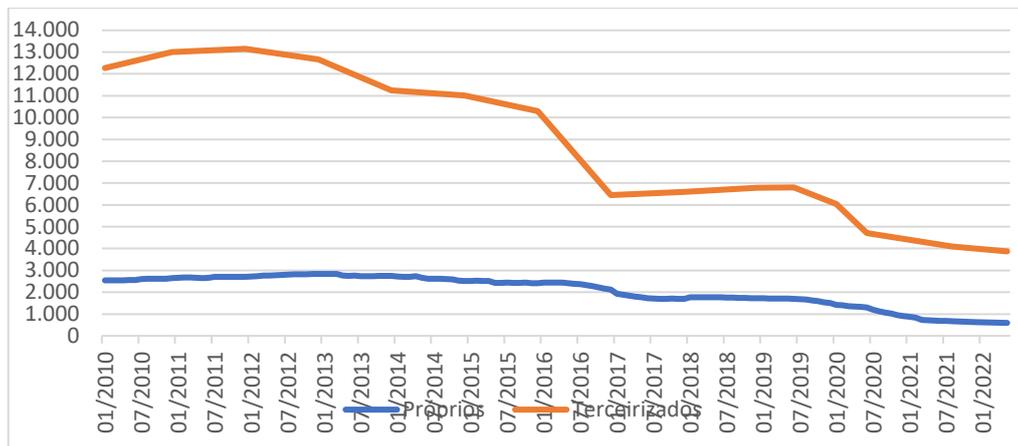
Fonte: Adaptado de Controladoria Geral da União (Brasil), 2021d; Conselho Nacional de Política Fazendária (Brasil), 2022.

Queda acentuada a partir de 2019, deve ser reflexo da redução do fator de utilização da refinaria clara camarão - rpcc, que acabou produzindo menos combustível.

Ataque ao mercado de trabalho

Verifica-se que o ápice de postos próprios da Petrobras ocorre em dezembro de 2012, com 2.837 empregados; e o máximo de empregados das empresas prestadoras de serviços ocorreu um ano antes, com 13.151. Já a informação de maio de 2022 mostra que restam apenas 594 empregados próprios atuando no RN menos de 4000 terceirizados.

Gráfico 7 – Histórico dos empregos diretos (próprios e terceirizados) gerados pela Petrobras no RN.



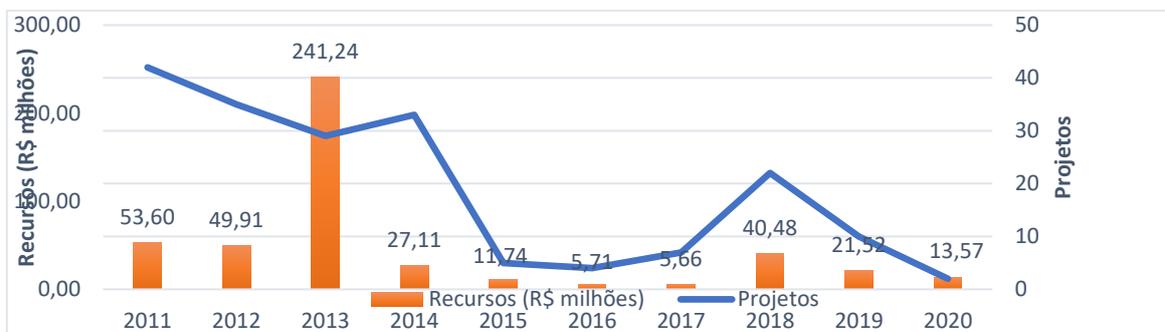
Fonte: Adaptado de Controladoria Geral da União (Brasil), 2021c.

A política de desinvestimentos foi extremamente agressiva e prejudicial aos empregos e aos trabalhadores.

Prejuízos à pesquisa e desenvolvimento tecnológico

A presença consolidada da Petrobras há quase 50 anos tem deixado um legado volumoso para os cidadãos norte-rio-grandenses, em especial nas áreas circunvizinhas onde a estatal realiza suas atividades. Entre os anos de 2011 e 2020, a empresa investiu em mais de duas centenas de projetos em diversas áreas: especialmente na agropecuária, ambiental, científica, cultural, educacional/qualificação, esportiva e mercado de trabalho. Para esse período de dez anos, os investimentos da Petrobras no Rio Grande do Norte foram de mais de R\$ 470 milhões.

Gráfico 8 – Recursos investidos e quantidade de contratos de convênios, patrocínios e termos de cooperação assinados pela Petrobras no RN.



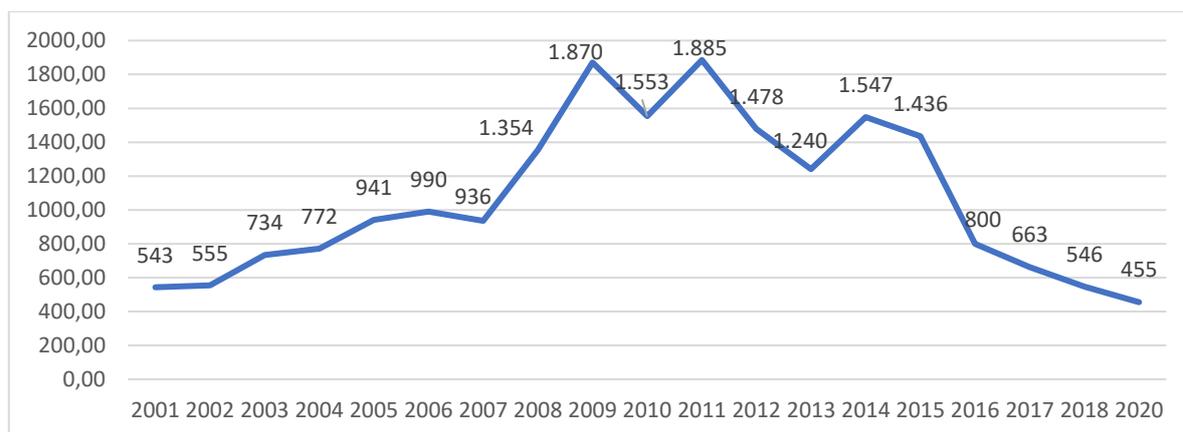
Fonte: Adaptado de Controladoria Geral Da União (Brasil), 2021

Investimentos nas universidades e institutos federais de educação científica e tecnológica

Redução histórica de investimentos

Após um período de oito anos (entre 2008 e 2015), com investimentos que superaram R\$ 1,2 bilhão, em 2016, a aplicação de recursos sofre uma drástica redução. E em 2020, realiza-se o menor valor investido da série histórica desde 2001. Esta situação refletiu diretamente não só para o decréscimo da produção de petróleo e gás, como vem prejudicando o nível de empregabilidade e impactando na atuação das centenas de empresas ligadas de alguma forma à Petrobrás.

Gráfico 11 – Histórico de investimentos da Petrobrás no RN entre 2001 e 2020 (R\$ milhões).



Fonte: Adaptado de Controladoria Geral da União (Brasil), 2021b

Entre 2008 e 2015 os investimentos superaram R\$ 1,2 bilhão

Uma alternativa viável para o desenvolvimento regional

As possibilidades de iminente saída definitiva da Petrobras do Rio Grande do Norte, após quase 50 anos de atuação, deverão impactar ainda mais negativamente o desenvolvimento regional, as condições sociais e as economias locais. Isso posto, diante do cenário traçado, não resta dúvida que a sociedade civil organizada deve se mobilizar mais intensamente em torno da luta pela permanência da Petrobras no RN.

O retorno da PETROBRÁS Estatal, integrada “do poço ao poste”, do Oiapoque ao Chuí, é condição indispensável para o crescimento do mercado energético brasileiro, evitando-se a pulverização desse mercado entre algumas poucas empresas, nacionais e estrangeiras, cuja boa parte dos sócios são fundos de investimentos. Tal mudança é vital para a Nação Brasileira e garantia do retorno ao controle e participação soberana do país nos rumos da sua política energética, garantindo em curto prazo redução dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, e em médio e longo prazos a retomada do Fundo Soberano como fiel garantidor de um futuro com educação e saúde para o Povo Brasileiro.

***Agradecimentos**

Esta cartilha é uma compilação do Relatório Técnico realizado pelo Bacharel em Ciências Contábeis, Rodolpho Santos de Vasconcelos, em 05 de julho de 2022, a quem parabenizamos pelo empenho e dedicação à consolidação dos dados e, agradecemos pela cessão do direito de publicação.

Petróleo Cearense: Do poço ao poste, o petróleo é nosso?

Apresentação: Iran Gonçalves Vieira – SINDIPETRO-CE/PI*

A frase ficou famosa ao ser pronunciada por Getúlio Vargas após descoberta de reservas de petróleo na Bahia. Depois, virou lema da Campanha do Petróleo, promovida pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. O movimento, puxado principalmente pelos estudantes (UNE) e movimentos sociais, resultou na criação da Petrobrás.

A fundação da Companhia e a instituição do monopólio estatal da exploração, do refino e do transporte, durou até 1997. Após a Lei nº 9.478, conhecida como Lei do Petróleo, e a criação da Agência Nacional do Petróleo, órgão regulador do setor, o monopólio foi derrubado.

Desde então, nenhuma empresa estrangeira investiu de fato no Brasil instalando refinarias ou dutos de distribuição de petróleo e derivados, apesar do mercado estar aberto.

Pra que serve o Petróleo?

O petróleo é matéria prima para mais de três mil produtos. Está presente em quase todos os bens de consumo do nosso dia-a-dia (gás de cozinha, gasolina, lubrificantes, diesel, asfalto, fertilizantes, plásticos, vestuário, remédios...)

Pra que serve o Petróleo?

O petróleo é matéria prima para mais de três mil produtos. Está presente em quase todos os bens de consumo do nosso dia-a-dia (gás de cozinha, gasolina, lubrificantes, diesel, asfalto, fertilizantes, plásticos, vestuário, remédios...)

- ✚ Petróleo é a base para a economia
- ✚ Emprego e renda;
- ✚ Geração de Impostos;
- ✚ Desenvolvimento tecnológico;
- ✚ Energia.
- ✚ Recursos para educação e saúde pública.

Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS

- ✚ É uma estatal de economia mista
- ✚ Maior empresa brasileira
- ✚ Atende o mercado de petróleo, gás, energia e biocombustível
- ✚ Fundada em 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas
- ✚ Reconhecida por três vezes como a melhor empresa do mundo na extração de petróleo em águas profundas (por exemplo: pré-sal)

O que a Petrobrás faz?

- ✚ Exploração e produção de petróleo e gás natural
- ✚ Transformação desses produtos em derivados de maior valor agregado (gás de cozinha, gasolinas, lubrificantes, diesel, asfaltos e fertilizantes) através das refinarias.
- ✚ Produção de biocombustíveis e fertilizantes

- ✚ Distribuição de todos esses produtos aos consumidores finais

A situação da Petrobrás no Ceará

- ✚ Usina de Biodiesel (Quixadá): desativada em 2016;
- ✚ Plataformas (Paracuru): desativadas em 2020;
- ✚ Fazenda Belém (Icapuí e Aracati): vendida em 2020 para 3R Petroleum;
- ✚ Transpetro (Maracanaú): vendida em 2022 para Engie;
- ✚ Lubnor (Fortaleza): em processo de venda, tendo sido feita a assinatura do acordo em maio/2022;
- ✚ Termoceará (Caucaia): no momento, fora do processo de privatização.

Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor)

Todo o petróleo utilizado pela LUBNOR é do tipo ultra pesado: provenientes do Espírito Santo (85%) é e o restante do Ceará (15%). Do total processado, 62% do volume é destinado à produção de asfalto - a LUBNOR possui capacidade de processamento de 10 mil barris/dia e pode produzir até 235 mil toneladas/ano de asfalto, o que corresponde a cerca de 13% da produção nacional contribuindo para abastecer o norte e o nordeste do país. É a única do país a produzir lubrificantes naftênicos com produção de 73 mil metros cúbicos que é utilizado em transformadores de alta-tensão, amortecedores e equipamentos pneumáticos.

A LUBNOR liga duas estruturas, o Porto do Mucuripe, em Fortaleza, e o Terminal de Pecém, em São Gonçalo do Amarante. Gera milhares de empregos diretos e indiretos, e responde por cerca de 10% do ICMS do Ceará (cerca de R\$ 140 milhões por mês). Veja alguns dados da atividade econômica:

- ✚ O Ceará recebeu R\$ 14,413 milhões pela exploração de óleo e gás, um crescimento de 52,3% entre 2017 e 2018
- ✚ Os municípios cearenses produtores receberam R\$ 106,729 milhões, alta de 103,4%. Ao todo, foram R\$ 121,142 milhões em 2018, alta de 95,6% em relação a 2017 (R\$ 61,928 milhões)
- ✚ Em 2018, os municípios cearenses que mais receberam royalties foram Itapipoca (R\$ 11,953 milhões), Trairi (R\$ 11,501 milhões), Aracati (R\$ 11,344 milhões), Itarema (R\$ 10,853 milhões) e Icapuí (R\$ 10,512 milhões)

Usina de Biodiesel de Quixadá (desativada)

A Usina de Biodiesel de Quixadá tem capacidade de produção de 108.000 m³ de Biodiesel B100 por ano a partir da produção de óleos vegetais de soja, mamona, girassol, algodão, óleos de gorduras residuais – OGR e sebo animal envolvendo uma cadeia desenvolvimentista importante para a região.

A receita bruta gerada por essa atividade é de aproximados 274 milhões de reais o que proporciona uma receita líquida de 225 milhões de reais com impactos diretos no recolhimento de tributos da ordem de 32 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços MS, 10,39 milhões de reais em Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e 2,26 milhões de reais para o Programa de Integração Social (PIS). O lucro líquido no último exercício foi de 11,37 milhões de reais.

- + Localização: Estrada Quixadá-Banabuiú Rod. BR 122 Km 180 - Distrito de Juatama
- + Empregos diretos: 200
- + Cadeia desenvolvimentista: fornecedores e Prestadores de serviços: 200 Fornecedores de Matéria Prima com Contratos: 400 catadores de Lixo; 400 piscicultores e 2.200 agricultores familiares;
- + Processamento: Capacidade de produção de 108.000 m3 de Biodiesel B100 por ano
- + Produção: Óleos vegetais de Soja, Mamona, Girassol, Algodão, Óleos de Gorduras Residuais – OGR, Sebo Animal. 85.485 m3 de Biodiesel B100 por ano

Principais produtos:

- + Biodiesel B100
- + Óleo Refinado,
- + Glicerina
- + Ácidos Graxos.

Usina Termoceará

A Usina Termoceará está localizada no município de Caucaia-Ce e tem potência instalada de 220 MW de potência, destinada à produção independente de energia.

Em 2013, geramos 4.043 megawatts (MW) médios de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) e em 2014 a geração foi de 4.761 megawatts (MW) médios, por meio das 21 usinas termelétricas próprias e alugadas, que compõem nosso parque gerador.

A Termo é uma usina de partida rápida. Em 15 minutos consegue disponibilizar 200MW no sistema elétrico. Isso faz com que ela seja complementar à geração eólica ou quando há alguma falha no sistema elétrico.

Campo de petróleo de Fazenda Belém

Campos de petróleo terrestres nos municípios de Aracati e Icapuí foram privatizados pelo governo Bolsonaro.

Plataformas de petróleo no mar cearense

Nove plataformas em quatro campos de petróleo, todas fechadas no governo Bolsonaro (dia 28/03/2020). Sequer foram vendidas, elas foram fechadas mesmo, impactando diretamente as cidades de Caucaia, Paracuru, Paraipaba, Trairí, Itapipoca, Amontada e Itarema. Valor de um dia de produção chegava a ser 2 milhões de reais.

Propostas dos cearenses para a reconstrução da Petrobrás no estado

- + Exploração da Margem Equatorial offshore no Ceará.
- + Reativação da Usina de Biodiesel de Quixadá (P BIO/UQB).
- + Anular o processo de venda da LUBNOR.
- + Reabertura das plataformas e recuperação da produção das plataformas offshore.
- + Anistia e reintegração dos funcionários demitidos da BR Distribuidora.
- + Início dos estudos para a produção de hidrogênio Verde no Ceará.

***Agradecimentos**

Esta apresentação é uma compilação da Cartilha: “Petróleo Cearense: Do poço ao poste” do jornalista Nathan Camelo – JPCE 3268, do SINDIPETRO-CE/PI, a quem agradecemos pela cessão do direito de publicação.

II. A Realidade do Setor Petróleo Estatal e Privado na Bacia Potiguar com as privatizações

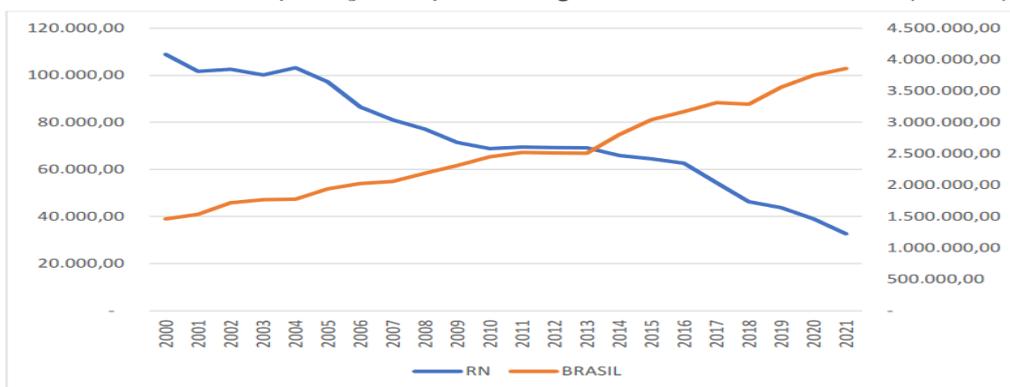
Bacia Potiguar e perspectivas futuras: estatal ou Privada?

Orildo Lima e Silva*

O "Signing" do pólo potiguar (Negócio "da China"?)

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informou ao mercado no final da tarde de 28/01/2022, que "o Conselho de Administração aprovou a venda da totalidade de sua participação no conjunto de campos de produção terrestre e de águas rasas" na área denominada Polo Potiguar, por inacreditáveis US\$ 1,38 bilhões, confirmando a matéria publicada no jornal Tribuna do Norte, na quinta-feira 20 de janeiro de 2022 ("mais de US\$ 1,0 bi"). A Diretoria do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte em várias oportunidades externou e reafirma publicamente sua discordância com o Programa de Desinvestimentos da PETROBRÁS nas bacias terrestres brasileiras e com os valores das transações financeiras aprovadas, divulgados nos vários órgãos de imprensa. O processo de transferência da operação dos campos produtores terrestres para a iniciativa privada, ao contrário do que geralmente é anunciado na imprensa, tem resultado em perdas na produção e, conseqüentemente redução na arrecadação de tributos e participações ao estado e municípios.

Gráfico 5 – Histórico da produção de petróleo e gás natural no RN e no Brasil (boe/dia) ¹¹



Fonte: Adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2021a.

Tabela 1 – Número de poços produtores de petróleo e de gás natural no RN

Localização	2011	2014	2017	2020
Terra	3.864	3.902	3.766	3.394
Mar	89	86	80	31

Fonte: Vasconcelos, 2022

Conforme demonstrado na Tabela 1, segundo o Boletim de Produção de Petróleo e Gás da ANP, a produção nas denominadas bacias maduras terrestres caiu de 148,5 Mil barris de óleo equivalente por dia (Mboed), em 2016, para 88,863 Mboed em 2021, ou seja, uma redução de 40 % (dados do mês de novembro).

TABELA 1 – Comparativo da Produção 2016 / 2021

Área de Produção	A- Produção Petróleo - Nov/2016 (Mboed)*	B- Produção Petróleo- Nov /2021 (Mboed)*	C- Diferença percentual
Bacias Maduras - BR	148,500	88,863	- 40 %
Bacia Potiguar	61,181	37,436	- 39 %
RN - Produtores "Independentes"	2,310	15,979	+ 600 %

* www.anp.gov.br

De forma semelhante, a Bacia Potiguar, que em 2016 produzia 61,181 Mboed, produziu somente 37,436 Mboed em 2021, resultando assim, numa queda de 39%, para um período de 5 anos. Coincidência ou não, tais reduções aconteceram no período em que a estatal decidiu atender o Decreto N° 9188/2017, promulgado pelo Governo Temer, corroborado posteriormente, pelo Decreto N° 9355/18, do Governo Bolsonaro, adotando uma nova política de desinvestimentos dos seus ativos nas bacias produtoras da Região Nordeste.

Esses processos de desinvestimentos foram acelerados entre 2016 e 2021, conforme se observa na Tabela 1, que demonstra que a produção dos "Produtores Independentes no RN cresceu de 2,310 Mboed para 15,979 Mboed, ou seja, um aumento de aproximadamente 600% (tomando-se por base o mês de novembro de cada ano).

Com este novo comunicado ao mercado, a Petrobras consolida seu programa de desinvestimentos na Bacia Potiguar, com a transferência de 100% de seus ativos de produção para a iniciativa privada (Pólo Riacho da Forquilha – Potiguar E&P / PETRORECÔNCAVO); Pólo Macau (3R Petroleum Óleo e Gás S.A.) e Pólo Potiguar (3R Potiguar S.A.).

Quando se considera os valores bilionários envolvidos nas vendas da indústria de Petróleo e Gás, sempre é bom tomar um cálice de água gelada e tentar elaborar um pequeno exercício de raciocínio matemático.

Para uma análise preliminar dos valores envolvidos nas negociações de desinvestimento do Polo Potiguar, foi estabelecido um estudo comparativo simplificado entre preço de venda/produção divulgados pela PETROBRÁS, no estado de Sergipe, ainda em 2021 e no estado do Espírito Santo, em fevereiro de 2022.

A PETROBRAS anunciou ao mercado em dezembro de 2021, a venda dos seus ativos em operação na área terrestre da Bacia de Sergipe Alagoas (Polo Carmópolis). O valor da venda foi de "US\$ 1,1 bilhão, sendo (i) US\$ 275 milhões a título de sinal; (ii) US\$ 550 milhões no fechamento da transação e (iii) US\$ 275 milhões 12 meses após o fechamento.

Em condições, aparentemente, similares, foi anunciada ao mercado em fevereiro de 2022 pela PETROBRAS, "a venda da totalidade de sua participação (100%) em um conjunto

de 4 concessões de campos de produção terrestres, com instalações integradas, localizadas no estado do Espírito Santo – ES, denominados conjuntamente de Polo Norte Capixaba”. O valor total da venda foi de até US\$ 544 milhões, sendo (i) US\$ 35,85 milhões pagos na data de assinatura; (ii) US\$ 442,15 milhões no fechamento da transação e (iii) “até US\$ 66 milhões em pagamentos contingentes previstos em contratos, a depender das cotações futuras do Brent”.

Em ambos os casos, os valores da transação financeira divulgada não consideraram os ajustes que serão devidos até o fechamento das transações, que estarão sujeitas “ao cumprimento de certas condições precedentes, tais como a aprovação pelo CADE e pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”.

Tabela 2: Comparativo entre os preços de venda de ativos operados pela PETROBRÁS:

Unidade Operacional	D- Preço de Venda (US\$)	E- Produção Declarada (boed)	F- Custo (US\$/boed)
SEAL: Pólo Carmópolis	1,1 bi *	10.913**	100.797,00
RNCE: Polo Potiguar	Mais de 1,0 bi (?)*** 1,38 bi*	27.000**	51.111,00
ES: Polo Norte Capixaba	0,544 bi*	7.000**	77.714,00

Fontes: * www.investidor.petrobras.com.br/comunicados_ao_mercado

** www.investidor.petrobras.com.br/teasers

*** <http://www.tribunadonorte.com.br/>

Pode-se estabelecer um “Índice Comparativo Simplificado” obtido pela divisão do preço de venda declarado (Coluna D) e os dados de produção divulgados (Coluna E). Multiplicando-se este índice, que equivale ao custo do barril de óleo equivalente para venda em SEAL (F1) ou ES (F3), pela produção média em 2019, divulgada para o Polo Potiguar (D2), o preço de venda anunciado na matéria da Tribuna do Norte (D2) deveria ser de pelo menos US\$ 2,72 bilhões (parâmetro Sergipe) ou US\$ 2,09 bilhões (parâmetro Espírito Santo), para tornar minimamente equitativo o valor de “mais de US\$ 1,0 bilhão” informado na matéria da Tribuna do Norte. E quando se considera o valor divulgado, em janeiro, observa-se que o Conselho de Administração da Petrobras ofertou à empresa adquirente um desconto de aproximadamente 25 a 50% no “produto” (comparando-se os parâmetros Capixaba e Sergipe, respectivamente), uma vez que a razão entre preço de venda (D2) pelo volume de produção diário (B2) corresponde a um custo de US\$ 51.111/boed (F2), para o Polo Potiguar.

O mesmo cálculo, considerando os preços de produção declarada, em Sergipe, resultaram em um custo de US\$ 100.797,00/boed (F1) e no Polo Norte Capixaba de US\$ 77.714,00/boed (F3).

Tomando-se em conta que os “investidores privados” vão receber além dos equipamentos de produção instalados e licenciados, duas bases operacionais completas (Mossoró e Alto do Rodrigues), duas Unidades de Processamento de Gás Natural e a Refinaria Clara Camarão (Guamaré) seria de se esperar que o valor de venda fosse acrescido em mais US\$ 1,0 bilhão para que o Povo Brasileiro, acionista majoritário da PETROBRÁS fosse remunerado à altura do valor real de mercado, da mercadoria que teve sua entrega autorizada pela atual gestão da PETROBRÁS.

Desta forma, quaisquer valores a serem pagos, menores que US\$ 3,72 bilhões, pela venda dos ativos industriais em operação pela PETROBRÁS no Rio Grande do Norte,

ativos esses que são patrimônio da Nação Brasileira, significarão que tal processo de negociação não se trata de um negócio empresarial sério, e sim, de uma negociata, um verdadeiro butim, em que o patrimônio público está sendo entregue à verdadeiras aves de rapina, disfarçados de investidores, a preço de bananas na feira do Alecrim.

OBSERVAÇÕES:

Reservas Provasdas

As reservas provadas correspondem à quantidade de petróleo ou gás natural que a análise de dados de geociências e engenharia indica com razoável certeza como recuperáveis comercialmente, na data de referência do Boletim Anual de Recursos e Reservas.

Fonte: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/anp-publica-boletim-anual-de-recursos-e-reservas-de-2020

Reserva Provada = Total RN (Fonte ANP) – RP 3R – RP RFQ – 12 MM boe (outros)

RP Tot RN = 195 MM boe, RP tot 3R = 44,5 MM boe, RP Tot RFQ = 3,6 MM boe

RP Total Polo Potiguar ~ 135 MM Boe

Os dados se referem à reservas provadas do BARR-ANP 2020, precisariam ser ajustadas para o BARR- ANP 2021 (caso estejam disponíveis), para uma análise mais criteriosa.

Além disso, se considerarmos o Brent de hoje: US\$ 96,38/boe

96,38-44,88= US\$ 51,5 bi/boe

O que ampliaria o valor real da jazida, a preço de mercado para mais *US\$ 6,92 bilhões*

Será que foi um bom negócio?

Para a vendedora ou para a compradora?

"Brent de Equilíbrio" estava entre aspas, justamente para não confundir com o conceito corporativo adotado pela BR.

É um valor médio, então o nome correto seria "Brent médio".

Ainda descobri um lapso. O valor correto do "spread" é de US\$ 71,78

Então teremos, para os dados de 06/02/2022:

Mínimo= US\$ 2,025 bi

Máximo= US\$ 9,69 bi

Valor médio para venda= US\$ 5,85 bi

Brent médio= US\$ 43,39/boe (~US\$ 5,5 abaixo do valor anterior= US\$ 44,88/boe)

Custo Petróleo BRENT Mercado (06/fev/22) = US\$ 92,78

Deságio base Petróleo BREND RN = US\$ 6,00

Preço Petróleo BLEND RN = US\$ 86,78

Custo de extração médio aproximado Independentes RN (3R/Potiguar) = US\$ 15,00

Diferença (spread) = US\$ 74,78

Custo de extração

Como o custo de extração é o custo para se colocar o petróleo na superfície e inclui energia, manutenção, tratamento primário do petróleo, custo de materiais, pessoal e serviços, etc, temos que o custo de extração aponta para o valor mínimo a ser cobrado pela reserva, já que a empresa operadora gastará esta parcela para disponibilizar o petróleo até a superfície e vendê-lo. E o valor máximo será o preço do petróleo no mercado menos o custo de extração.

Considerando-se este mínimo, o preço mínimo de uma reserva como a do Polo Potiguar deverá ser de US\$ 2,025 bilhões de dólares. Se comparado ao preço máximo (onde o operador não ganharia nada!), o valor máximo seria de 10,095 bilhões de dólares. Como estes preços limites são impraticáveis e não são interessantes empresarialmente para nenhum empreendedor, podemos considerar que um preço médio entre estes limites seja bastante interessante para as partes aos níveis de hoje: US\$ 6,06 bilhões de dólares somente pelas reservas (representa um Brent de equilíbrio de US\$ 44,88/BOE (BOE = barril de óleo equivalente, pois soma óleo e gás).

O valor acordado no "Signing" (US\$ 1,38bi) foi valorado sobre as instalações e a Refinaria Clara Camarão que foram relacionadas no Teaser, sem considerar as reservas...

Perspectivas futuras

Os marcos regulatórios promulgados nos Governos de Lula e Dilma (primeiro mandato) que buscavam construir uma política industrial de índole nacionalista com foco no desenvolvimento nacional brasileiro foram revogados em sua quase totalidade e substituídos por decretos espúrios, pelos governos posteriores com o objetivo de transformar a maior estatal da América Latina em uma empresa de desinvestimentos. O processo de fatiamento da PETROBRÁS instalado pela espionagem dos órgãos de inteligência norte-americanos e facilitadas, a partir de 2013, pelas alianças de centro do Governo Dilma, se intensificou e se agravou a partir de 2016 no Governo Temer e teve continuidade no Governo de Jair Messias, entre 2019 e 2022.

As atividades de exploração foram reduzidas ao mínimo e extintas nas bacias terrestres, em prejuízo da manutenção da razão reserva/produção em todas as bacias operadas pela PETROBRÁS.

Algumas observações sobre a operação das atividades de petróleo e gás no Brasil, em novembro de 2022, conforme o "Painel Dinâmico da Fase de Exploração da ANP" (Figura 1) mostram que a estatal continua detentora do maior número de blocos exploratórios, porém foi ultrapassada em 5.000 km² pela Eneva, principal operadora dos blocos da Bacia do Parnaíba (18 blocos/46.000 km²) e detentora de blocos também na Bacia do Solimões.



Figura 1 – Painel Dinâmico dos Blocos Exploratórios /BRASIL (ANP, 2022)

Merece destaque a entrada da empresa PetroVictory, nova operadora na Bacia Potiguar, detentora de 15 blocos (< 1000 km² em área), ou seja 47% das concessões operadas na bacia em 2022, após a implantação do novo modelo de “Oferta Permanente de Concessão”.

Considerações finais:

As ameaças de iminente retirada definitiva da Petrobras do Rio Grande do Norte, após quase 50 anos de atuação, apontam para um impacto extremamente negativo ao desenvolvimento regional, às condições sociais e à economia local dos vários municípios potiguares.

Os “produtores independentes” e sua associação (ABPIP) chegaram com um discurso de triplicar a produção, a dinâmica dos negócios empresariais e a geração de empregos, o que até agora se mostrou uma grande mentira.

A realidade está posta, há um cenário traçado, que aponta prejuízos enormes aos trabalhadores e ao desenvolvimento econômico e tecnológico do RN.

É chegada a hora da sociedade civil organizada se mobilizar intensamente em torno da luta pela permanência da PETROBRÁS como principal operadora das atividades de petróleo e gás no Rio Grande do Norte.

Vivemos um momento único no País, com a consolidação da urgente e necessária eleição de um Governo Federal nacionalista, que pode garantir o retorno da PETROBRÁS Estatal, integrada “do poço ao poste”, do Oiapoque ao Chuí, como condição indispensável para o crescimento do mercado energético brasileiro.

O Petróleo é um bem mineral estratégico para a Soberania Brasileira, e é necessário estancar o processo de pulverização desse mercado entre algumas poucas empresas, nacionais e estrangeiras, cuja boa parte dos sócios são fundos de investimentos.

Essa mudança de rumo é vital para a Nação Brasileira e garantirá o retorno ao controle e participação soberana do país na execução da sua política energética, garantindo em curto prazo redução dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha e, em médio prazo, a retomada da Lei de Partilha, e do Fundo Soberano do Pré-Sal como fiel garantidor de um futuro com educação e saúde para o Povo Brasileiro.

***Orildo Lima e Silva,** é Geólogo, coordenador da Câmara Especializada de Geologia, Minas e Agrimensura do CREA-RN; Presidente da Associação dos Geólogos do Rio Grande do Norte (AGERN); Especialista em Gestão Ambiental e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geodinâmica e Geofísica.

III. Informes sobre as Ações Jurídicas contra as privatizações em andamento envolvendo a Bacia Potiguar

1. Ações Jurídicas do SINDIPETRO-RN

Antônio Marcos Soares Brasil

Tão logo tomou conhecimento de que a Petrobras, assinou o termo de compra e venda do Polo Potiguar. O SINDIPETRO-RN, representando pela Advocacia Garcez em Brasília, adotou medidas urgentes contra as ilegalidades perpetradas neste processo de privatização. São estas:

+ Ação Popular contra a venda do Polo Potiguar e Refinaria Clara Camarão (RPCC)

É clara a ilegalidade da venda do Polo Potiguar - com a Refinaria Potiguar Clara Camarão incluída (RPCC) - de acordo com o Decreto 9.355/18. Este decreto se destina a venda de ativos de E&P, mas a Petrobras de maneira ilegal inseriu um ativo de refino dentro do negócio. Esta ilegalidade deve fazer com que o negócio tenha suas etapas anuladas e seja reiniciado, como diz o próprio decreto. Esta ação se encontra em segunda instância e peticionamos a informação da assinatura do contrato e a necessidade de urgência na decisão.

+ Denúncia no TCU contra a venda do Polo Potiguar

O Tribunal de Contas da União tem acompanhado e fiscalizado todo o processo de privatização dos ativos da Petrobras. Em nome do SINDIPETRO-RN fizemos uma denúncia ao órgão a fim de buscar uma intervenção da Corte para determinar a paralisação da privatização até que ocorra uma adequação legal.

+ Denúncia na ANP contra a venda do Polo Potiguar

A ANP - como agente reguladora do mercado - deve intervir e não autorizar este negócio ante a grave ilegalidade apontada em questão, com a venda de uma refinaria juntamente com ativos de E&P, podendo gerar graves consequências ao mercado interno potiguar.

Todas estas iniciativas estão sendo acompanhadas e novas serão feitas contra as ilegalidades da venda da Refinaria Clara Camarão.

2. Ações Jurídicas do SINDIPETRO-CE/PI

Francisco Antônio Fernandes Neto

O processo de venda da LUBNOR e suas estruturas portuárias envolve acordos pouco transparentes e irregularidades que favorecem a empresa compradora, Grepar Participações Ltda. Além de a venda da refinaria estar 55% abaixo da estimativa do valor de mercado (US\$ 34 milhões), segundo avaliações do Ineep, a estatal ainda devolverá cerca de 25% do valor à empresa privada. O contrato prevê também a doação dos

equipamentos da LUBNOR e do Centro de Defesa Ambiental do Ceará (CDA) à Grepar, o que poderá ter impactos negativos sobre a fiscalização ambiental.

Contestada pela FUP e pelo SINDIPETRO-CE/PI, a privatização da LUBNOR foi assinada em 25 de maio de 2022, embora o negócio ainda não esteja concluído. Logo após a manifestação da FUP e SINDIPETRO-CE/PI, a operação foi denunciada também pela Prefeitura de Fortaleza, que detém 30% da área do terreno, mas não foi previamente informada da transação pela gestão da Petrobrás. No entanto, o processo de venda segue mesmo diante de aspectos irregulares e recebe novos contornos com o arrendamento da Transpetro, subsidiária da Petrobras responsável pela logística na indústria de óleo, gás e biocombustíveis no Brasil. Veja as iniciativas:

Ação popular pela venda da LUBNOR por preço abaixo do mercado

Nesta Ação Popular, promovida pelo vereador Guilherme Sampaio (subscrita pelo presidente e vice do Sindipetro), tenta-se suspender e invalidar a venda e anular os contratos assinados com a Grepar Participações Ltda. O valor total da venda é de US\$ 34 milhões, e de acordo com o INEEP, 55% abaixo do valor de mercado. Além disso, sabe-se que parte do terreno (30%) da Lubnor pertence a Prefeitura. A Ação foi proposta na Justiça Federal do Ceará.

Representação no TCU por venda da LUBNOR por preço abaixo do mercado

Na mesma perspectiva, ingressamos com Representação no Tribunal de Contas da União, que é responsável por fiscalizar os processos de privatização da Petrobras, para averiguar a venda da Refinaria por valor abaixo do mercado. A Representação se encontra com relatoria do Ministro Walton Alencar e fora determinado que o corpo técnico do TCU realize estudo para averiguar o valor de mercado da Companhia e se estamos diante de caso de ilegalidade e lesão aos cofres da Companhia.

Ação civil pública contra os impactos socioeconômicos advindos da venda da LUBNOR

A privatização da LUBNOR e a perspectiva da Petrobras de sair de todos seus ativos no Ceará mostra que a Companhia se comporta como uma empresa meramente privada, sem levar em consideração os impactos advindos da privatização. Tais impactos foram negligenciados e estudo do DIEESE subsidia Ação Civil Pública proposta pelo Sindipetro CE/PI a fim de pedir a paralisação da venda dos ativos da Petrobras no Ceará até a apresentação de estudo circunstanciado com a demonstração desses impactos e determinação de quais políticas públicas serão tomadas para resolução destes problemas. A Ação aguarda julgamento.

Representação no TCU por problemas no terreno da LUBNOR

Conforme amplamente divulgado, possui áreas de propriedade da prefeitura de Fortaleza. A partir de auxílio técnico do Sindicato, apresentou-se representação no

TCU para averiguar a ilegalidade da questão e a impossibilidade de se continuar a privatização ante a não resolução desta questão. A Representação ainda não foi finalizada pelo TCU e aguarda decisão.

Representação no CADE contra a venda da LUBNOR e formação de monopólio privado

A venda da LUBNOR, conforme estudo da PUC/RJ e do próprio TCU, terá como resultado a formação de um monopólio privado no mercado interno cearense e regional. O fato se agrava por ser a privatização feita ao grupo que possui como participante Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. Assim, a formação de monopólio privado, que já seria grave em qualquer circunstância, se mostra mais arriscada com a participação da Greca neste negócio. Desta maneira, ingressamos com Representação no CADE ante os graves riscos ao mercado interno concorrencial advindo com esta privatização e o pedido de que esta seja rejeitada.

IV. A situação da Categoria Petroleira na Bacia Potiguar na Atualidade

Pedro Idalino Ciriaco Filho* e Marcio Dias*

Ao longo dos últimos anos o setor petróleo sofreu muitas transformações, notadamente a partir da aprovação e implementação da lei das privatizações, lei da terceirização e da chamada reforma trabalhista. Na prática essas leis criaram as condições para a privatização e desinvestimentos na Petrobrás, a terceirização desenfreada e impuseram aos trabalhadores e trabalhadoras uma situação de muito desemprego e precarização do trabalho como jamais visto no país.

A realidade é que quando os trabalhadores conseguem alguma oportunidade submetem-se a condições de trabalho cada vez mais difíceis, contratos extorsivos e exclusão de direitos sociais e trabalhistas, entre os quais, inclusive, o direito à sindicalização são os mais atacados. Muitos trabalhadores brigam na justiça para receber seus direitos ou ter a doença ou acidente de trabalho reconhecidos e até salários e verbas rescisórias.

O objetivo deste relato é denunciar esses abusos e buscar mostrar de uma forma geral os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores terceirizados no setor privado e apresentar algumas propostas como forma de luta visando minimizar os problemas mais graves que vem acontecendo com esse grupo de trabalhadores.

O QUE TEMOS: Causas e efeitos no Setor Privado

✚ Contratos com período de no máximo de 2 (dois) anos;

Esta modalidade de contrato tem como consequência ALTA ROTATIVIDADE, causando certa insegurança nos trabalhadores e trabalhadoras, além de na maioria dos casos, REDUÇÃO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS.

✚ Deficiência e omissão de fiscalização nos contratos

A contratante intensifica na fiscalização da execução dos serviços, mas negligencia na fiscalização dos demais itens, tais como: a) Trabalhadores e trabalhadoras, tem seus salários e benefícios pagos com atrasos de até 3 meses.

Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em péssimas condições, sujos e alguns até rasgados.

✚ Redução de salários e benefícios, já a partir das licitações

A partir da elaboração das licitações, já fica previsto a NÃO EXTENSÃO do plano de saúde e odontológico, aos dependentes dos trabalhadores e trabalhadoras, e por ocasião da redução de valores do contrato, por parte da contratada, essa redução recai também no momento da contratação dos trabalhadores e trabalhadoras.

O QUE QUEREMOS:

a) Retomada dos contratos de no mínimo 4 (quatro) anos;

Dará maior estabilidade no emprego, com possibilidade de ascensão à postos de trabalho na empresa, além de um melhor planejamento e equilíbrio financeiro.

b) Intensificar fiscalizações nos contratos;

Possibilita constatar além de as condições de segurança nos locais de trabalho, o cumprimento por parte da contratada das obrigações legais e contratuais Ex; ACT (Acordo coletivo de trabalho), Cursos atualizados entre outros.

c) Retorno do PLANO DE SAÚDE e do FUNDO GARANTIDOR, nas licitações de contratos

Irá trazer tranquilidade no ambiente familiar e no local de trabalho, pois os trabalhadores e trabalhadoras se deslocam de suas residências, para seus locais de trabalho, muitos desses REMOTOS, principalmente nas atividades ONSHORE e OFFSHORE.

Já o FUNDO GARANTIDOR, pelo próprio conceito já determina a GARANTIA que os trabalhadores e trabalhadoras, terão em receber seus direitos líquidos e certo, no encerramento do contrato e conseqüentemente por ocasião do TRCT.

***Pedro Idalino Ciriaco Filho (MALA)** é sindicalista e diretor do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN).

Marcio Azevedo Dias é Sociólogo, sindicalista, aposentado pela Petrobras como Técnico de Inspeção de Equipamentos, diretor do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e presidente da Coopetro Energia.

IV. As perspectivas na área das energias renováveis e a luta pela criação do Conselho Estadual de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

1. Biocombustíveis e Energias Renováveis: A desativação de um projeto promissor

Ulisses da Costa Soares*

Em 1997 a Petrobras trouxe para o planejamento o conceito de tornar-se uma empresa integrada de energia e não apenas empresa de petróleo. Em 2002 foi construído no campo de Serra próximo a Macau-RN a primeira usina eólica da Petrobras com 3 máquinas de 650kW, foi o projeto piloto que serviu de base para dois grandes parques eólicos próximo a Guamaré.

Em 2007 ainda no primeiro governo do Presidente Lula mais um grande passo foi dado e o planejamento estratégico daquele ano incluiu o segmento de biocombustíveis, o que deu origem a Petrobras Biocombustíveis em 2008. Naquela época tínhamos uma imensa carteira de projetos no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CEMPES) que abrangia de forma ampla os grandes desafios tecnológicos da atividade de produção de petróleo, gás natural, biocombustíveis e uma gama de energias renováveis, solar, eólica, geotermal, energia das ondas, marés entre outras.

Infelizmente o que vemos hoje é que todo aquele esforço, do qual participamos intensamente vem sendo desmobilizado, desativado e privatizado e, a empresa deu muitos passos para trás do ponto de vista estratégico. Hoje, está focada única e exclusivamente no segmento de E&P e em especial nos campos de petróleo do Pré-Sal que juntos representam um imenso potencial petrolífero para o país e que, como já se sabe, fica situada nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil e tem cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura.

Não se trata mais nem de empresa de petróleo integrada do poço ao posto ou ao poste como já foi um dia. O foco de hoje é apenas a exploração e produção dos campos do Pré-Sal. Por outro lado, os campos maduros foram desprezados e com isso, o nosso Nordeste inteiro com suas nefastas consequências para estados e municípios produtores, fornecedores, pequenas e médias empresas contratadas, serviços e, principalmente, para os trabalhadores assolados pelo desemprego pela precarização do trabalho.

Hoje, em que pese a dura e nova realidade do setor petróleo em todo o Nordeste e nas áreas fora do Pré-Sal, estamos vivenciando um novo ciclo com chegada de empresas privadas de petróleo, da energia eólica, solar e, possivelmente, do hidrogênio verde.

Essa configuração do setor aponta para um cenário em que a migração da energia convencional para energia eólica, solar e o surgimento acelerado dos carros elétricos

aponta para um futuro bem próximo de verdadeira revolução nessa área que, aliás, já está acontecendo.

Manter a Petrobras com esse foco estratégico apenas na exploração e produção nas áreas do Pré-Sal, significa limitar as possibilidades e decretar o fim dessa empresa que é orgulho nacional enquanto instrumento de desenvolvimento nacional e integrado com um horizonte estratégico no campo da energia.

Por isso, vemos esse movimento de muitas outras empresas petroleiras do mundo desde aquela época e até o presente que caminham exatamente no sentido contrário porque, certamente, ainda consideram o petróleo e o gás natural como uma grande e estratégica fonte de energia, mesmo em meio as contradições em função da crise climática e necessidade de adoção de fonte de energia limpa. Infelizmente, no Brasil o movimento estratégico que foi feito desde 2010 e, principalmente, depois de 2016, só desandou. É hora de aproveitar o novo cenário político para avaliar a situação e promover mudanças para recolocar novo foco estratégico levando em consideração todos os fatores e contradições inerentes ao setor para o bem do Brasil.

Ulisses da Costa Soares é Geólogo, aposentado pela Petrobrás onde ocupou a gerência da Planta de Biodiesel em Guamaré-RN

2. Sindicalismo, cooperativismo, o setor petróleo e as energias renováveis

Márcio Dias*

O Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Ceará e Piauí (SINDIPETRO-CE/PI), entidades filiadas à federação Única dos Petroleiros (FUP), promoveram esse importante seminário sobre a Bacia Potiguar que teve como objetivo fazer o diagnóstico e identificar as possibilidades institucionais, investimentos, parcerias produtivas e de trabalho para o Setor Petróleo Estatal e Privado na Bacia Potiguar diante do novo cenário político.

Neste sentido, entre tantas questões relativas a Bacia Potiguar que englobam as atividades relativas as reservas, exploração, perfuração, produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e biocombustíveis e toda a cadeia produtiva em torno deste setor para a economia política do Rio Grande do Norte e Ceará, destacamos uma breve avaliação e algumas perspectivas inovadoras no âmbito do mundo do trabalho petroleiro, bem como, na luta pela criação do Conselho Estadual de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis como importantes vetores de possibilidades de desenvolvimento diante da nova fase que será inaugurada com o advento do novo governo a partir de janeiro de 2023 por diversos fatores, inclusive, pelo histórico da Bacia Potiguar nessas questões.

Coopetro Energia: cooperativismo e sindicalismo e uma nova possibilidade de ação

A Coopetro Energia é uma cooperativa de infraestrutura na área de engenharia e serviços de petróleo, gás natural, biocombustíveis e energias renováveis entre outras atividades que foi constituída em Natal-RN no dia 30 de abril de 2020, por profissionais

voluntários e interessados no desenvolvimento sustentável para criar oportunidades de trabalho e emprego, qualificação profissional, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das regiões onde atua.

A Coopetro surgiu exatamente por conta da necessidade de se buscar alternativas e saídas para uma situação em que a categoria petroleira estava, e ainda está enfrentando problemas gravíssimos de desemprego e precarização do trabalho em função das mudanças para pior na legislação trabalhista, na terceirização desenfreada e na lei das privatizações que impuseram uma realidade duríssima contra os trabalhadores.

Nesta primeira fase da cooperativa, estamos centrando esforços nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Em breve, a perspectiva é desenvolver atividades nos demais Estados do país.

Áreas de Atuação

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

As melhores oportunidades para profissionais e empresas estão na Coopetro Energia. Solicite um projeto para execução de serviços mais adequados às suas necessidades.

- ✚ Prestação de serviços técnicos especializados;
- ✚ Inspeção, Manutenção, Asseio e Conservação de Instalações de petróleo, engenharia etc;
- ✚ Cotação e prestação de serviços técnicos especializados na área de apoio técnico, logístico e operacional.

Energia Renovável: uma necessidade e uma opção ao alcance de todos

Dentro do ecossistema das energias renováveis, a energia solar é uma das opções mais factíveis e o caminho certo para contribuir com a geração de energia limpa e menos agressiva ao meio ambiente com larga vantagem no quesito da geração e controle efetivo dos seus impactos imediatos e, também, nos médio e longo prazos no meio ambiente. Além disso, é possibilidade concreta para reduzir os custos operacionais e administrativos das empresas, entidades, condomínios residenciais e agroindústria de pequeno, médio e grande porte.

Além de ser uma boa opção para recarregar a bateria de veículos com segurança, comodidade e baixo custo contribuindo significativamente para redução da poluição e emissão de gases de efeito estufa.

Em sintonia com essas prerrogativas e possibilidades, a Coopetro tem no seu portfólio soluções visando atender essas demandas através de iniciativas que, certamente, irão impulsionar esses objetivos

- ✚ Projeto e execução de usinas de energia solar comercial e residencial;
- ✚ Prestação de serviços de manutenção, asseio e conservação de instalações de energia solar;
- ✚ Locação e administração de instalações de energia solar.
- ✚ Projeto execução de eletro-postos em condomínios e em pontos estratégicos nas rodovias através de parcerias e alimentados por usinas de energia solar.

Projetos de Engenharia e Geologia de Petróleo

Essas são atividades imprescindíveis para a cadeia produtiva do petróleo que podem ser desenvolvidas pela Coopetro com soluções exclusivas e sustentáveis nas áreas de petróleo e estudos geológicos através de profissionais experientes e qualificados.

O cooperativismo: uma parceria estratégica para o desenvolvimento do setor energético e para o movimento sindical

As atividades desenvolvidas pela Coopetro vão de encontro as perspectivas de criação de oportunidades para milhares de trabalhadores do setor petróleo que se encontram desempregados e empresas que podem ser parceiras nesse projeto inovador. Ao se associarem, os profissionais e empresas se tornam cooperados. Isso significa ter voz, poder de decisão e oportunidades nas mais diversas áreas de atuação na cadeia do petróleo, gás, natural, biocombustíveis e energias renováveis para ter participação nos projetos, benefícios e resultados.

Marcio Azevedo Dias é sociólogo, sindicalista, aposentado pela Petrobras como Técnico de Inspeção de Equipamentos, diretor do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e presidente da Coopetro Energia.

Programa e Conselho Estadual de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Rio Grande do Norte

Marcio Dias*

Ao longo de mais de 40 anos de atividades do setor petrolífero na Bacia Potiguar, notadamente, no Rio Grande do Norte e Ceará, tendo a Petrobras como grande protagonista, por incrível que pareça, não existe uma política institucional no âmbito desses estados, para proporcionar o envolvimento dos diversos setores da sociedade na definição e acompanhamento de uma política para esse setor.

No entanto, é público e notório as repercussões dessa atividade na economia política desses estados, sendo esta a principal responsável pela grande cadeia produtiva que se desenvolveu em torno do setor que é altamente estratégico para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do Ceará.

As questões fundamentais e que precisam ser debatidas são no sentido de identificar qual é a Política de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para o Rio Bacia Potiguar no contexto atual do setor petrolífero do Brasil? Qual é o diagnóstico produzido pelos diversos agentes políticos, econômicos, sociais e ambientais sobre essa matéria? Quais são as nossas perspectivas e potencialidades nesse setor quanto ao desenvolvimento tecnológico, econômico, industrial e ambiental? Quais são as relações e a contribuição desse setor com os seguimentos científicos e educacionais? Quais são as repercussões e contribuições tributárias, fomento ao conteúdo local, distribuição de royalties ao estado, municípios e proprietários de terras. Qual a política do setor privado para o setor petrolífero?

A conclusão mais óbvia é que precisamos propor um Projeto de Lei sobre essa matéria, e o seminário aponta nessa direção como mais uma contribuição para a tentativa de responder a essas e outras questões para podermos interferir nos rumos políticos, econômicos, sociais e ambientais do setor e, dessa maneira, contribuir para encontrar respostas para as questões colocadas mais acima. Dentro da perspectiva democrática do novo governo, isso vala também para todos os estados produtores de petróleo, gás natural, biocombustíveis e derivados.

Marcio Azevedo Dias é sociólogo, sindicalista, aposentado pela Petrobras como Técnico de Inspeção de Equipamentos, diretor do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e presidente da Coopetro Energia.

Refinaria Potiguar Clara Camarão – RPCC: Uma ponte para o desenvolvimento do RN

Valcimar Silva Meira* e Marcio Azevedo Dias*

A Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC) foi fundada em 30 de outubro de 2009, com a proposta de diversificar o portfólio da produção de petróleo da Bacia Potiguar e a nossa indústria petrolífera, agregando valor a matéria prima produzida e, conseqüentemente, impulsionando o desenvolvimento do nosso estado, gerando empregos e oportunidades para toda a cadeia produtiva do setor petróleo, principalmente, na região da cidade de Guamaré, Macau entre outras cidades da região salineira do Rio Grande do Norte.

Para isso, contava com o aproveitamento da infraestrutura já instalada no Polo Industrial de Guamaré, como o terminal marítimo, duto de claros e o mais importante, capacidade de processar o petróleo produzido pela Unidade de Operações do Rio Grande do Norte e Ceará (UO-RNCE).

Originalmente, a RPCC foi projetada e construída com uma capacidade instalada para processar cerca de 38.000 barris de petróleo por dia através de duas unidades de destilação atmosféricas: U-260 e U-270 para produção de Diesel e Querosene de Aviação (QAV); uma unidade de tratamento cáustico regenerativo: U-280; uma unidade de produção de gasolina: UGG - U-280-A.

Atualmente, a planta conta somente com o processo de Destilação Atmosférica, produzindo Diesel S1800, Querosene de Aviação (QAV) e Resíduo Atmosférico (RAT) que pode transformado em óleo combustível ou BANQUER.

Em 2014, foi elaborado e iniciado a execução de um novo projeto visando a ampliação da produção de derivados e, conseqüentemente a elevação da carga produtiva da RPCC que passaria a processar 57.000 barris de petróleo por dia, através da aquisição de novos equipamentos e a montagem de um conjunto de tubulações.

Este projeto, lamentavelmente, foi abandonado com cerca de 80% (oitenta por cento) das obras executadas e em 2017 a operação da RPCC foi repassada para a Diretoria de Exploração e Produção (E&P), e iniciou-se uma situação de completo sucateamento e abandono, posteriormente agravada com a inclusão daqueles ativos no programa de desinvestimento e privatizações.

Por outro lado, cabe destacar que a RPCC tornou o Rio Grande do Norte o único estado do país autossuficiente na produção de vários derivados de petróleo, porém, atualmente os caríssimos equipamentos adquiridos com o objetivo de alavancar ainda mais a produção e ampliar a capacidade produtiva da Refinaria estão expostos ao relento e sendo destruídos pela ação do tempo e das intempéries. Toda a estrutura, incluindo a RPCC, denominada de Polo Potiguar, foi colocada a venda e está sendo comprada pela empresa 3R Potiguar S.A

No entanto, é preciso observar que para ser considerada uma refinaria completa do ponto de vista de da indústria do petróleo, a RPCC precisa ser ampliada e, inclusive, uma excelente opção seria o desenvolvimento de projetos de parceria público-privada com o Governo do RN para que se possa implantar uma infraestrutura portuária e viária adequada as exigências que um projeto desse porte necessita.

Por isso, no nosso entendimento, existe um caminho melhor a ser trilhado pela RPCC e, em havendo condições políticas, técnicas e econômicas, existe muitas possibilidades de novos investimentos para a Refinaria, que podem proporcionar melhores ganhos e um custo benefício mais adequado, para isso, necessário se faz que seja instalado um grupo de trabalho visando a retomada de antigos projetos e a elaboração de novas propostas para a ampliação da produção e manuseio de derivados que pode resultar em um manuseio de uma muitos derivados, com custo de infraestrutura reduzidos e melhor rentabilidade em um ambiente sustentável. Como é o caso, por exemplo, do Duto de Claros que poderia ter um melhor aproveitamento operacional para o manejo de uma gama de variada de produtos.

Por fim, consideramos que inegavelmente, essas iniciativas podem e devem ser deflagradas pelos diversos atores sociais envolvidos e interessados em construir uma RPCC voltada para a ampliação do desenvolvimento da Bacia Potiguar, sejam aqueles vinculados ao setor público ou ao setor privado, com vistas a proporcionar alternativas viáveis para esse empreendimento. Sem dúvidas, a RPCC tem um enorme potencial em termos de desenvolvimento socioeconômico para a região. Isso é vital para a criação de um polo petroquímico que trará um nível de desenvolvimento regional muito além da indústria do petróleo, a exemplo dos casos de sucesso de Suape em Pernambuco e Pecem no Ceará.

Valcimar Silva Meira é Técnico de Geologia, Sociólogo, presidente do Clube dos Empregados da Petrobras e da Federação de Clubes de Empregados da Petrobras.

Marcio Azevedo Dias é Sociólogo, sindicalista, aposentado pela Petrobras como Técnico de Inspeção de Equipamentos, diretor do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO-RN) e presidente da Coopetro Energia.

V. Conclusão

A alternativa mais viável para o setor petróleo estatal e privado é a permanência e desenvolvimento de novos projetos da Petrobrás na Bacia Potiguar

Essa é a principal conclusão dos participantes do Seminário. Acreditamos que diante dos estudos, dos fatos apresentados no seminário e da luta pela permanência e desenvolvimento de novos projetos da Petrobrás na Bacia Potiguar, concluímos que é razoável propor ao novo governo a interrupção do processo de abandono completo das atividades da estatal no Rio Grande do Norte e Ceará e a retomada das suas atividades, garantindo injeção de novos investimentos para a região.

Esses pontos passam por uma revisão do Planejamento Estratégico da Petrobras, com foco na retomada de seu papel enquanto indutora do desenvolvimento nacional e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável do país.

Nesse sentido, apresentamos algumas propostas que consideramos importantes para o setor petróleo estatal e privado, como também no âmbito institucional como é o caso da criação da criação do Programa e Conselho Estadual do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nos estados produtores. Esperamos que sejam avaliadas:

- ✚ Analisar as vendas dos ativos da Petrobrás na Bacia Potiguar visando a verificação do devido processo legal de compra e venda e caso existam ilegalidades no processo que estes sejam anulados.
- ✚ Diante das ações jurídicas questionando os processos de venda de ativos em tramitação e, caso ocorra alguma decisão em contrário a conclusão desses processos, necessário se faz que a estatal retome essas áreas para serem incorporadas ao seu planejamento estratégico.
- ✚ Investir na pesquisa para novas descobertas em águas profundas e intensificar a exploração na Margem Equatorial desde a foz do Amazonas até ao Nordeste sendo imperativo manter a atividade de E&P nessas duas regiões.
- ✚ Lembrando que caso se obtenha sucesso na ação exploratória reivindicada no item anterior, as possibilidades de produção em patamares bem superiores aos que se tinha anteriormente nas áreas Onshore são bastante prováveis.
- ✚ Retomar o papel da Petrobrás como empresa de energia, com destaque para o potencial de energias renováveis atuando no desenvolvimento de projetos sustentáveis como biodiesel, biomassa, energia solar e eólica.
- ✚ Intensificar a implementação de nova política visando a transição energética de descarbonização das atividades da Petrobrás no rumo de uma empresa ainda maior e respeitada mundialmente.

- ✚ Analisar possibilidade de projeto conjunto tipo, joint venture, parcerias público-privadas, ou que for legalmente possível, visando a ampliação das capacidades produtivas da Refinaria Clara Camarão (RPCC).
- ✚ Retomar e ampliar o projeto de biodiesel da Petrobras na Bacia Potiguar a partir da reativação da Usina de Biodiesel de Quixadá(CE) - PBIO/UQB, e da Usina de Biodiesel de Guamaré(RN).
- ✚ Desenvolver estudos técnicos visando a possibilidade de reabertura das plataformas marítimas e recuperação da produção Offshore, uma vez que os poços de petróleo dos campos na Bacia Potiguar estão fechados e hibernando e sem definição sobre a situação dos mesmos.
- ✚ Anistia e reintegração no Sistema Petrobrás, dos funcionários que foram demitidos na BR Distribuidora e, onde houver casos de punições e demissões no Sistema Petrobras devido a perseguições políticas e assemelhados.
- ✚ Em caso de retomada das atividades da Petrobras na Bacia Potiguar, priorizar oportunidades de retorno dos trabalhadores e trabalhadoras que foram transferidos e, em caso de necessidade abertura de concurso público.
- ✚ Início dos estudos visando o desenvolvimento de projetos para a produção de Hidrogênio Verde na Bacia Potiguar.
- ✚ Estabelecer condições para parcerias e desenvolvimento de projetos através de cooperativas de trabalho, infraestrutura, serviços e produção, visando ampliar a cadeia produtiva do petróleo, gás natural, biocombustíveis e energias renováveis.
- ✚ Retomar a política de conteúdo local levando em consideração as atividades produtivas, comerciais, serviços e cooperativistas.
- ✚ Retomar o financiamento e parcerias no âmbito de pesquisa e desenvolvimento com as diversas instituições de ensino no âmbito municipal, estadual, federal e das organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, inclusive, o sistema cooperativista.
- ✚ Interromper os processos de desinvestimentos e venda dos ativos da Petrobrás na Bacia Potiguar.
- ✚ Estabelecer uma nova política de contratação de serviços a partir da interlocução com as entidades representativas e, inclusive, incorporando as possibilidades existentes através das cooperativas de trabalho, serviços e infraestrutura.
- ✚ Orientar a criação de Programa e Conselho Estadual do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nos estados produtores visando definir as atribuições e ações para

acompanhar, de maneira consultiva e propositiva, a implementação da política do setor energético do petróleo.